

Apresentação do Dossiê Saúde e Doença – Revista Espaço Plural

Saúde e Doença, múltiplas perspectivas e dimensões plurais.

Yonissa Marmitt Wadi¹

O dossiê que ora apresento, com grande satisfação, foi proposto com o objetivo de reunir estudos sobre problemáticas diversas relacionadas à saúde e à doença, que apresentassem uma interface com os objetivos da revista Espaço Plural, quais sejam, a contribuição para um maior intercâmbio entre a produção científica das instituições de ensino e pesquisa do Brasil, com suas congêneres do exterior, além do estabelecimento de um diálogo com diversas disciplinas das Ciências Humanas e da Linguística, Letras e Artes, sempre aberto à pluralidade teórico-metodológica.

A produção científica que problematiza a saúde e a doença revela um universo de interesses diversificados, marcado por diferentes posições teórico-metodológicas e desenvolvido em áreas distintas do conhecimento e que pode ser visualizada através da proposição de disciplinas específicas e do desenvolvimento de pesquisas, dissertações e teses, em programas de pós-graduação; da publicação de livros individuais ou coletivos e de artigos em periódicos; ou ainda, da organização de eventos temáticos ou grupos de trabalho em eventos mais amplos. Assim, o interesse em revelar, compreender, discutir, comparar – entre outras possibilidades – as formas como diferentes sociedades e indivíduos se defrontam com problemáticas relativas à saúde e à doença, ultrapassou há tempos, os limites de algumas das chamadas Ciências da Vida – como a medicina ou a biologia –, em cuja configuração tais temáticas tinham lugar privilegiado, para proliferar-se em estudos nas áreas das Ciências Humanas como a história, a antropologia, a sociologia e a literatura, que durante muito tempo haviam lhe ignorado.

Em expansão no Brasil e de caráter marcadamente multidisciplinar, o interesse na pesquisa de problemáticas relacionadas à saúde e à doença não tem, no entanto, constituído sub-áreas ou especialidades consensuais nas diversas áreas em que se desenvolve. É assim, que vemos os temas saúde-doença agregados como parte da “História das Doenças”, da “História da Medicina”, da “Antropologia da Saúde” ou da “Antropologia Médica”, para ficar apenas em algumas das denominações.

Neste dossiê, apresentamos alguns trabalhos que, se não constituem um panorama das pesquisas desenvolvidas, são sólidos e interessantes exemplos da constituição desta paisagem. Desta forma, temos aqui trabalhos de autoras e autores brasileiros e estrangeiros, de formação acadêmica na História, na Antropologia, na Medicina Psiquiátrica, na Ciência Política e na Teologia, que dialogam entre si e circulam diluindo fronteiras entre as áreas citadas e outras áreas disciplinares como a Psicologia, a Sociologia e a Literatura. Partindo de posições teórico-metodológicas e fontes diversas, seus textos discutem questões importantes ontem e hoje, problemáticas que marcaram e seguem marcando o cotidiano de configuração das sociedades também diversas, das quais falam e a partir da onde falam.

Um primeiro conjunto de textos tem como tema a *loucura*. Termo genérico e abrangente, carregado de historicidade, ora visto sob a perspectiva da doença, ora da saúde, em diferentes temporalidades e por diferentes sociedades, adquire feições e nomenclaturas diversas também nos textos que fazem parte deste dossiê. No primeiro artigo do dossiê, a antropóloga Cristina Sacristán, em seu texto “*Ser o no ser modernos. La salud mental en manos del Estado mexicano, 1861-1968*”, examina os fatores que podem explicar o atraso histórico da assistência psiquiátrica no México, analisando os dois momentos em que o governo mexicano decidiu fazer um grande investimento de recursos públicos em saúde mental. Em 1910, na Cidade do México, ocorreu a primeira grande ação governamental, que levou ao fechamento de hospitais administrados por religiosos, fundados durante os séculos XVI e XVII, para a abertura de um monumental hospital psiquiátrico, o Manicomio La Castañeda. A segunda ação data de 1968 quando este grande hospital foi fechado para dar lugar às chamadas Granjas ou Hospitais Campestres, que tinham como base a terapia ocupacional e de lazer, um modelo terapêutico destinado a pacientes considerados crônicos. Segundo a autora, estes momentos de atenção estatal às doenças mentais – marcados por modelos espetaculares – não passaram de experiências de deslocamento de pacientes de uma instituição para outra, sem ocorrer uma profunda transformação nas práticas assistenciais.

“*A doença mental como tema: uma análise dos estudos no Brasil*”, da antropóloga Ana Teresa A. Venâncio e da historiadora Janis Alessandra P. Cassilia, segundo artigo deste bloco, apresenta um balanço bibliográfico das formas como o tema da doença mental tem sido tratado pela literatura especializada no Brasil. Para tanto, as autoras discorrem sobre os principais textos, seus autores e filiações teóricas, tratando particularmente de três conjuntos de trabalhos: os considerados clássicos, nos quais identificam um desenvolvimento incipiente do tema da doença mental, preterido pela centralidade concedida ao caráter científico e assistencial da psiquiatria; os estudos influenciados por Michel Foucault, cujas proposições analíticas em torno da relação poder-saber teriam sido usadas em grande parte como munição teórica para o debate contra a psiquiatria asilar, ou por outro lado, combinadas com a perspectiva interpretativa da história social de cunho marxista; e, por fim, as contribuições elaboradas a partir da interlocução da história com a perspectiva cultural, em especial as análises antropológicas que tem gerado trabalhos representativos de uma antropologia histórica, destacando-se a releitura, nesta vertente, dos trabalhos de Michel Foucault e sua soma a trabalhos de outros autores como Louis Dumont, Norbert Elias, Max

¹Doutora em História. Professora do PPG em História e do Curso de Ciências Sociais, da UNIOESTE. Pesquisadora do CNPq.

Weber, George Simmel. As autoras ressaltam ainda o caráter multifacetado que a questão da doença mental assume nos trabalhos desta vertente.

O terceiro trabalho deste bloco, *“As faces da loucura e a inclusão social: construção de espaços de cidadania em saúde mental nos municípios do vale do Rio dos Sinos/RS”* foi escrito pela médica psiquiatra e historiadora Nádia Maria W. Santos e pelo teólogo Rudolf von Sinner. No artigo os autores apresentam o resultado de uma pesquisa multidisciplinar, realizada em 14 municípios que integram a chamada região do Vale do Rio dos Sinos, parte da Região Metropolitana da cidade de Porto Alegre / RS, cujo objetivo foi identificar os espaços de cidadania públicos e privados, voltados às pessoas portadoras de transtornos mentais, e conhecer seus projetos de inclusão social. A intenção, segundo os autores, era também compreender as práticas sociais exercidas nas comunidades do entorno social destas instituições que colaboram para as práticas de cidadania e, neste sentido, percebem que para a maioria dos sujeitos pesquisados, cidadania diz respeito à autonomia do indivíduo para viver, trabalhar e fazer parte de sua família e sociedade. Neste entendimento, porém, os autores identificam a permanência de velhas acepções sobre loucura, como sua identificação com anormalidade, expressa nas falas de muitos dos entrevistados.

No texto que fecha este bloco, *“Loucura e racismo em Lima Barreto”*, o cientista político Marco Antonio Arantes, analisa a questão racial na obra de Lima Barreto e a sua articulação com o tema da loucura. Segundo o autor, o escritor e jornalista brasileiro Lima Barreto travou um debate intenso, nas primeiras duas décadas do século XX, com as diversas correntes e opiniões acerca da questão racial, que constituíram o ideário científico de muitos psiquiatras, médicos, intelectuais e políticos brasileiros. Tais teorias tentavam justificar a “inferioridade racial” de negros e mulatos e seus defensores apresentavam propostas ao governo tendo em vista o aproveitamento ou não do negro como mão-de-obra assalariada. Na obra de Lima Barreto o autor também identifica questionamentos dos pressupostos da chamada eugenia – que refinou sutilmente os modelos racistas – e da antropometria, como técnica de verificação da superioridade ou inferioridade racial. Uma das questões em pauta era a desconfiança em relação à miscigenação da população brasileira que podia enfraquecê-la geneticamente tornando-a assim, vulnerável à loucura.

Os dois textos seguintes do dossiê têm como tema políticas de saúde pública com as quais os Estados enfrentam doenças específicas como a *gripe espanhola* e a *sífilis*. No primeiro deles, *“Política en época de epidemia: la pandemia de gripe en Argentina (1918-1919)”*, o historiador Adrián Carbonetti examina as políticas de saúde que foram implementadas pelo governo da época, bem como, as oposições que tais medidas geraram na sociedade, na imprensa e nos partidos de oposição, contra o que denomina um inimigo invisível e difícil de ser detido, a gripe. O autor identifica a importância das ciências sociais estudarem aquela que chama de ‘epidemia negligenciada’, pois apesar de gerar um número imenso de mortes a nível mundial, em seu momento mais crítico – exatamente os anos de 1918-1919 – mereceu raríssimos estudos, especialmente na Argentina. Sendo a gripe, quiçá, a única enfermidade que pode voltar a reviver fenômenos já esquecidos pela humanidade, resulta fundamental afirma Carbonetti, explicar as vicissitudes porque passaram as sociedades no passado. Tal atitude, por outro lado, torna possível compreender certas ações sociais e políticas deflagradas com a eclosão recente da pandemia de gripe H1N1.

No texto seguinte, *“Control sexual para el control social: la primera campaña contra la sífilis en México”*, a historiadora Ana Maria Carrilo analisa a campanha contra a sífilis iniciada em 1908 no México, a partir de proposta da Academia Nacional de Medicina. Quando tal campanha foi deflagrada, a sífilis era um grave problema coletivo de saúde no México, que atingia a população civil e o exército, mas que não merecia atenção devida por parte da medicina, conforme denunciavam membros da própria comunidade médica. A autora discute assim, as principais propostas que embasaram a campanha, os vínculos destas com conclusões obtidas em congressos médicos internacionais e sua similitude com ações deflagradas em outros países na mesma época. Além disto, comenta as características da propaganda anti-sifilítica e as limitações do empreendimento, marcado por discriminação racial, sexual e de classe, e que apresentou sérias contradições entre garantias individuais e direito a saúde de todos os membros da sociedade mexicana.

No artigo que fecha este dossiê, o foco recai sobre as fontes documentais para a pesquisa sobre problemáticas relativas à saúde e a doença. Em *“Portanto, os senhores exigindo dos escravos mais do que podem, cometem um homicídio” – Vida e morte de indivíduos cativos nos oitocentos através dos registros de óbito (Porto Alegre /RS)*, o historiador Paulo Roberto Staudt Moreira, enfatiza a potencialidade de um tipo de fontes, os registros de óbitos de cativos, ainda pouco exploradas para o entendimento destas problemáticas, bem como da sociedade escravista oitocentista como um todo. O autor indica o crescimento das pesquisas que têm focado a temática da morte, da saúde e das doenças no cenário historiográfico, mas ressalta que poucas destas pesquisas se voltam à população escravizada. Explorando um número significativo destes documentos – 15.156 registros de óbito, coletados junto à paróquia Matriz e a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre /RS –, estabelece como variáveis as causas das mortes, cruzando-as com as faixas etárias, origem e gênero dos indivíduos falecidos. Segundo Moreira, sua intenção principal com este artigo é apontar direções e potencialidades dos documentos que apresenta e analisa, não só pelas ricas informações que propiciam sobre as condições de higiene, alimentação, composição demográfica, mas também de forma mais ampla para o conhecimento da população negra do sul do Brasil.

Uma última palavra na apresentação deste dossiê cabe ainda, trata-se de um especial agradecimento aos autores e autoras que contribuíram com seus trabalhos para sua constituição e à Comissão Editorial da revista Espaço Plural pela oportunidade de organizá-lo. Uma boa leitura!